



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro – CEP: 64845-000
Fone: (089) 3541-1277 – email: pmmparentepi@hotmail.com
CNPJ: 06.554.133/0001-96

FLS N. _____

PARECER PGM N. 0118-2023

FLS. _____
ASS. _____

**CONSULENTE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE MARCOS PARENTE**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001.0000170/2023

**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE
VAN, NO CASO CONCRETO, A HIPÓTESE
AUTORIZADORA DA CONTRATAÇÃO
DIRETA, COM FUNDAMENTO NO ART. 24, II,
DA LEI Nº 8.666/93. POSSIBILIDADE
JURÍDICA. REGULARIDADE DA MINUTA
CONTRATUAL, COM RECOMENDAÇÃO.**

1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada à Procuradoria Geral do Município – PGM pela Comissão Permanente de Licitação, quanto à possibilidade jurídica de contratação direta, por dispensa de licitação, para prestação de serviço de locação de van a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Os autos encontram-se instruídos com a seguinte documentação:

- Requisição da Secretaria Municipal de Educação;
- Autorização do chefe do executivo Municipal;
- Cotação de preços com levantamento de mercado;
- Documentação da empresa a ser contratada, que apresentou a menor proposta;
- Minuta contratual;

É o relatório, passo ao exame da possibilidade jurídica do pleito.

2. DO DIREITO

2.1 DA LEGALIDADE

É de salutar importância ressaltar que a atuação da administração pública deve-se firmar com a observância estrita da aplicação da letra do artigo 37, da CF *in verbis*:

“Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro – CEP: 64845-000
Fone: (089) 3541-1277 – email: pmparentepi@hotmail.com
CNPJ: 06.554.133/0001-96

FLS N. _____

FLS. 21
ASS.

O mestre doutrinador Helly Lopes Meireles, na sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 28a edição pela editora Malheiros, na página 87, lecionado sobre tal princípio muito, assim o definiu:

“Legalidade” – A legalidade, como princípio de administração (CF art. 37. caput), significa que o administrador público está, em toda a atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99. “Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme a lei, a legalidade significa, igualmente, a observância dos princípios administrativos.”

Nesse sentido, de acordo com a dinâmica estabelecida na Carta Magna de 1988, somente pode o ato administrativo ser praticado pela administração caso este possua prévia autorização legal para praticá-lo.

2.2 DA DISPENSA

A obrigatoriedade de licitar é princípio constitucional, que obriga entes de todas as esferas da federação, em conformidade com disposição expressa no Art 37, XXI da CF/1988.

Trata-se de exame de dispensa de contratação com fulcro no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, para fornecimento de necessidade da municipalidade, por dispensa de licitação, para prestação de serviço de locação de van a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Como toda regra tem sua exceção, a Lei de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar, a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei. Dispensa de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 24 da Lei nº. 8.666/93.

A contratação direta pretendida pelo órgão consulente tem fundamento legal no art. 24, II, da Lei de Licitações.

Vejamos o que estabelece o citado dispositivo:

Art. 24 – É dispensável a licitação:
(...)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro – CEP: 64845-000
Fone: (089) 3541-1277 – email: pmmparentepi@hotmail.com
CNPJ: 06.554.133/0001-96

FLS N. _____

FLS. 22
ASS. _____

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

O mestre Marçal Justen Filho versa precisamente sobre os motivos que levam a dispensa da licitação:

"a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir".

A justificativa para a contratação é apresentada pela requisição de fornecimento, para prestação de serviço de locação de van a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, por dispensa de licitação, com valores bem módicos, conforme pesquisa de apresentada nos autos, que encontram-se dentro do limite previsto do Decreto 9412/2018:

"Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) (...)"

Desta forma, entendo que pelo levantamento de pesquisa de mercado, e, estando presentes os requisitos nos quais se justificam a presente contratação em conformidade com a justificativa apresentada pela municipalidade, estão, portanto, presentes os requisitos caracterizadores da razoabilidade e economicidade que levam à contratação direta prevista no art. 24, II da Lei 8.666/93.

Lembre-se que o administrador responde pelas afirmativas expostas nos autos, as quais se referem a um suporte fático de situação que gerou a necessidade de contratação e a possibilidade de danos ao interesse público, acaso não efetivada a rápida solução do problema.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro – CEP: 64845-000
Fone: (089) 3541-1277 – email: pmparentepi@hotmail.com
CNPJ: 06.554.133/0001-96

FLS N. _____

FLS. 23
ASS. _____

Necessário enfatizar que as hipóteses de dispensa de licitação, previstas no artigo 24, da Lei de Licitações, reclamam a avaliação do administrador a respeito da conveniência de dispensar ou não o certame. Dispensar ou não a licitação, portanto, em qualquer das situações previstas no art. 24 da já citada lei é, pois, matéria que está sujeita à **discricionariedade da autoridade competente**.

Restou atendida a economicidade e eficiência a partir da justificativa e documentos juntados aos autos administrativos, entendendo caracterizada a situação peculiar a justificar, no caso concreto, a contratação direta daquele que apresentou a proposta mais vantajosa, vez que é salutar e necessário a administração que seus atos, perpassem o simples cumprimento da lei.

Ressalto, por oportuno, que a instrução do presente processo de dispensa com a razão da escolha da executante e a justificativa do preço, igualmente estão atendidos, vez que há nos autos comprovação de pesquisa de mercado e de que foi escolhido o que apresentou a proposta mais vantajosa à administração.

Em síntese, o Administrador sustenta a adequação dos preços ao mercado e os motivos para escolha do executante.

Ademais, não se pode perder de vista que a adequação do preço aos valores de mercado e ao próprio serviço a ser executado, é de responsabilidade integral e intransferível do administrador.

2.3 DA REGULARIDADE DA MINUTA CONTRATUAL

A Lei 8666/93, versa, em seu art. 38, parágrafo único, que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Nesse sentido, verse-se que a minuta presente nos autos, atende o objeto e garante os interesses da Administração Pública, tendo atendendo, portanto, aos requisitos formais, materiais e as normas de regência, vez que suas cláusulas encontram-se em simetria com os requisitos da Lei 8.666/93.

Por fim, quanto à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, caberá à Administração atualizar os documentos cuja validade esteja vencida por ocasião da contratação, com fulcro nos arts. 27 a 29 da Lei nº 8.666/93, as quais devem ser apresentadas pela contratada anteriormente à celebração de qualquer avença.

3. DA CONCLUSÃO



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro – CEP: 64845-000
Fone: (089) 3541-1277 – email: pmparentepi@hotmail.com
CNPJ: 06.554.133/0001-96

FLS N. _____

FLS. 24
ASS

Ante o exposto, analisando o objeto da consulta à luz da legislação e dos documentos acostados aos autos, opino:

a) pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA DE CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com **CONSTRUTORA FORTTE LTDA** caracterizada, no caso concreto, a justificativa autorizadora da contratação direta, por dispensa de licitação, para prestação de serviço de locação de van a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no art. 24, II, da Lei de Licitações.

b) pela **LEGALIDADE DA MINUTA CONTRATUAL** presente nos autos, vez que esta encontra-se conforme a Lei 8.666/93;

c) quanto à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, caberá à Administração atualizar os documentos cuja validade esteja vencida por ocasião da contratação, com fulcro nos arts. 27 a 29 da Lei nº 8.666/93.

d) sugiro evitar a utilização de memorando e documentos congêneres sem numeração no bojo de processos licitatórios;

e) sugiro, por fim, que nos próximos procedimentos, tanto o termo de referência quanto planilha comparativa e média de preços estejam presentes.

É o parecer, salvo melhor entendimento.
Submetemos a apreciação superior.

Marcos Parente – PI, em 02 de maio de 2023

Lara da Rocha de Azevedo Bezerra
Procuradora do Município

OAB nº 15456
OAB-PI nº 15456

Aprovo o parecer em

_____/_____/2023

PREFEITO



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE

Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro – CEP: 64845-000

Fone: (089) 3541-1277 – email: pmmparentepi@hotmail.com

CNPJ: 06.554.133/0001-96

25
ASS

FLS N. _____

RUBRICA _____

DESPACHO

REF. AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 001.000170/2023

Objeto: Dispensa de Licitação

A CPL,

Segue Parecer Jurídico n. 0118/2023, que opina pela:

a) pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA DE CONTRATAÇÃO, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com **CONSTRUTORA FORTTE LTDA** caracterizada, no caso concreto, a justificativa autorizadora da contratação direta, por dispensa de licitação, para prestação de serviço de locação de van a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no art. 24, II, da Lei de Licitações.

b) pela **LEGALIDADE DA MINUTA CONTRATUAL** presente nos autos, vez que esta encontra-se conforme a Lei 8.666/93;

c) quanto à regularidade fiscal e trabalhista da contratada, caberá à Administração atualizar os documentos cuja validade esteja vencida por ocasião da contratação, com fulcro nos arts. 27 a 29 da Lei nº 8.666/93.

d) sugiro evitar a utilização de memorando e documentos congêneres sem numeração no bojo de processos licitatórios;

e) sugiro, por fim, que nos próximos procedimentos, tanto o termo de referência quanto planilha comparativa e média de preços estejam presentes.

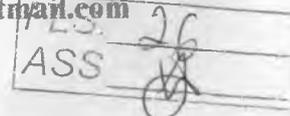
Solicitamos apreciação pelo chefe do executivo municipal.

Marcos Parente – PI, 02 de maio de 2023

Lara da Rocha de A. Bezerra
Lara da Rocha de A. Bezerra
Procuradora do Município – OAB PI 15456



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS PARENTE
Praça Dyrno Pires Ferreira, 261, Centro – CEP: 64845-000
Fone: (089) 3541-1277 – email: pmmparentepi@hotmail.com
CNPJ: 06.554.133/0001-96



FLS N. _____

RUBRICA _____

DESPACHO

REF. AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 001.0000170/2023
Objeto: Dispensa de Licitação

A CPL,

Segue Parecer Jurídico n. 0118/2023, devidamente aprovado pelo chefe do executivo municipal.

Marcos Parente – PI, 02 de maio de 2023



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS
PARENTE – PI



FLS.	27
ASS	

MEMORANDO

DA: Secretaria Municipal de Administração

PARA: CPL

ASSUNTO: Contratação de empresa para a prestação de serviço de locação de veículos para o transporte escolar

Marcos Parente (PI), 02 de maio de 2023.

JUSTIFICATIVA

(Dispensa de Licitação art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93).

Sr. Secretário.

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Administração do município Marcos Parente -PI, instituída pela Portaria nº 001/2023, de 02 de janeiro de 2023, reuniu-se para análise do presente processo, firmando o seguinte entendimento.

Considerando que o processo está instituído em atendimento às exigências da Lei Federal nº. 8.666/93, tendo como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviço de locação de veículos para o transporte escolar.

Considerando ainda, que a despesa deverá ser realizada observando-se os ditames legais de dispensa previstos no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

A despesa correrá da seguinte forma RECURSOS PRÓPRIOS (FPM, ICMS, ISS e outros), FUNDEB, QSE, 500,550,600,660,621. Projeto/Atividade: 12.361.0072.2047.0000.
12.361.0071.2082.0000 12.361.0007.2036.0000 12.361.0071.2041.0000
12.365.0070.2035.0000 04.122.0007.2009.0000 27.812.0074.2044.0000
10.301.0030.2066.0000 08.244.0046.2075.0000 . Elemento de Despesa: 33.90.39

O dispositivo legal retromencionado alude “Fornecimento de veículo para o transporte escolar da rede municipal de ensino”.

In casu, a administração necessitando fazer a prestação de fornecimento acima citada, estando o valor previsto aquém do limite estabelecido no diploma legal e, tendo em vista que há disponibilidade de recurso financeiro e, sobretudo levando em consideração a conveniência administrativa, julga perfeitamente legal a dispensa que ora justificamos.

Acolhemos integralmente o parecer jurídico, para ratificar a necessidade para a dispensa de processo de licitação.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS
PARENTE – PI



É o nosso entendimento.

FLS.	21
ASS	

Atenciosamente,

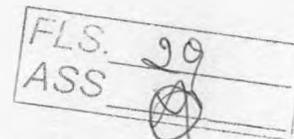
Clézio Martins da Silva
Presidente da CPL

Andressa Vieira Guimarães
Secretaria

Willy Vieira de Menezes
Membro



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS
PARENTE – PI



MEMORANDO

DE: CPL

PARA: Controladoria-Geral do Município

ASSUNTO: Contratação de empresa para a prestação de serviço de locação de veículos para o transporte escolar de Marcos Parente – PI.

Senhor Controlador

Encaminho-lhe o processo administrativo, processo 001.0000170/2023, referente a Dispensa de Licitação 011/2023, em epígrafe para a emissão de parecer acerca da contratação sob referência.

Marcos Parente (PI), 02 de maio de 2023.

Clézio Martins da Silva
Presidente da CPL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS
PARENTE – PI



FLS.	30
ASS	

MEMORANDO

DE: Controladoria-Geral do Município

PARA: CPL

ASSUNTO: Contratação de empresa para a prestação de serviço de locação de veículos para o transporte escolar de Marcos Parente -PI.

Atestamos a regularidade plena do processo 001.0000170/2023, referente a Dispensa de Licitação 011/2023 na forma disposta, posto atender aos reclames legais atinentes à espécie.

Devolvam-se os autos para ratificação e homologação do ordenador de despesa.

Marcos Parente (PI), 02 de maio de 2023.

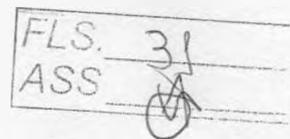
José Trajano Neto
Controlador-Geral



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCOS
PARENTE – PI



MEMORANDO



DE: Controladoria-Geral do Município

PARA: CPL

ASSUNTO: Contratação de empresa para a prestação de serviço de locação de veículos para o transporte escolar

Conforme regularidade plena do processo 001.0000170/2023, Dispensa de licitação 011/2023 atestada pela Controladoria-Geral, envio os presentes autos para a devida homologação e ratificação da Secretaria Municipal de Administração.

Frisamos que há dotação orçamentária prevista para tal de contratação.

Projeto Atividade: 12.361.0072.2047.0000, 12.361.0071.2082.0000,
12.361.0007.2036.0000, 12.361.0071.2041.0000, 12.365.0070.2035.0000

Fonte de recursos: RECURSOS PRÓPRIOS (FPM, ICMS, ISS , 500, 550, 600, 660, 621).

Elemento de despesa: 33.90.39

Ato contínuo, que seja enviado o processo a Comissão Permanente de Licitação (CPL) para a feitura e publicação do respectivo termo.

Marcos Parente (PI), 02 de maio de 2023.

Edilberto Santos de Sá

Edilberto Santos de Sá

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento